

Serviço Social e mundo do trabalho: tendências do debate¹

Social Work and the world of work: debate trends

Hiago Trindade*

Resumo: Este texto pretende oferecer um panorama do acúmulo teórico e das tendências do debate sobre o mundo do trabalho produzidas pelo Serviço Social brasileiro. Para tanto, realizamos pesquisa documental, a partir da análise de 127 artigos publicados nos anais do ENPESS (2018) e da JOINPP (2019). Concluímos atestando que a produção intelectual sobre a temática do trabalho, elaborada pelos pesquisadores vinculados ao Serviço Social, está alinhada com problemáticas observadas na realidade contemporânea, além de apontar alguns desafios ao estudo nesse campo temático.

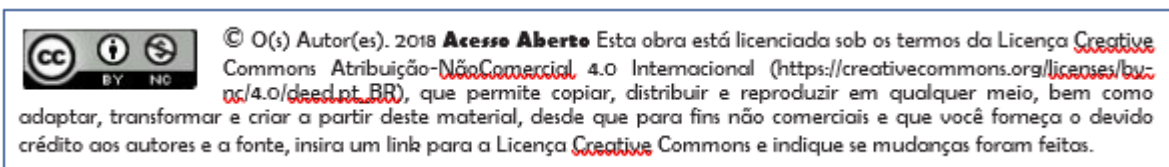
Palavras-chave: Serviço Social; mundo do trabalho; pesquisa.

Abstract: This text intends to offer an overview of the theoretical accumulation and trends of the debate on the world of work produced by the Brazilian Social Service. To this end, we conducted documentary research, based on the analysis of 127 articles published in the annals of ENPESS (2018) and JOINPP (2019). We conclude by attesting that the intellectual production on the theme of work, developed by researchers linked to Social Work is aligned with the dilemmas and challenges observed in contemporary reality, in addition to pointing out some challenges to study in this thematic field.

Keywords: social service; world of work; search.

Recebido em: 17/02/2021

Aprovado em: 28/05/2021



¹ Este artigo apresenta dados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Serviço Social e Trabalho: o precariado e a contrarreforma trabalhista em foco”, desenvolvido pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS), vinculado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O referido projeto contempla, ainda, a análise dos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), cujos dados se encontram em processamento.

* Vínculo Institucional: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Título Acadêmico: Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Introdução

Sistematicamente, o Serviço Social brasileiro vem promovendo e/ou participando de importantes eventos científicos, espaços nos quais é socializada a produção intelectual da categoria profissional. Dentre esses eventos, destacam-se o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Os anais desses encontros revelam uma multiplicidade de temas, deslindados a partir de uma rica diversidade de pesquisas empíricas, recortes e análises, inclusive no que se refere a compreensão das múltiplas determinações do mundo do trabalho no Brasil.

Não temos dúvidas: entender a realidade do trabalho e dos trabalhadores é uma tarefa da maior relevância, sobretudo nesses tempos de predominância do capital financeiro, em que se desdobram sucessivos processos de reestruturação produtiva, responsáveis por complexificar, cada vez mais, os modos de gestão, organização e exploração da força de trabalho, a partir de fenômenos como a uberização e a walmartização, para citar apenas alguns exemplos. Além disso, são tempos de contrarreformas trabalhistas, de perda de direitos historicamente conquistados e de muitos açoites sociopolíticos à classe trabalhadora, como vem apontando Antunes (2018).

Como se nota, o mundo do trabalho está em “ebulição”, e as determinações econômicas, sociais e políticas dele derivadas impactam significativamente a classe trabalhadora: seus modos de vida, suas estratégias de sobrevivência e as bandeiras de luta erguidas ante as inúmeras expressões da “questão social” a se reproduzirem- e a se agravarem com o próprio aprofundamento da crise capitalista.

Assim sendo, a correta assimilação desse universo é fundamental para conseguirmos produzir uma leitura correta da realidade, tendo em vista, sempre, sua transformação. Por isso, “[...] a agenda de estudos e pesquisas [do Serviço Social] se constrói atenta à preocupação em desvelar a configuração da nova morfologia do trabalho e as repercussões que daí podem derivar para a sociedade, em geral, e para a profissão, em específico (TRINDADE, 2020, p. 253).

Partindo desse entendimento, este artigo busca construir um levantamento das formulações teóricas produzidas pelo Serviço Social brasileiro acerca dos temas relacionados ao mundo do trabalho, extraíndo as principais tendências que dinamizam as elaborações da área nesse campo temático, no tempo recente.

Do ponto de vista metodológico, realizamos pesquisa documental, a partir da recorrência aos anais do ENPESS, realizado em 2018, e da JOINPP, realizada em 2019. A eleição e análise dos 127 textos se deu mediante observação do resumo e das palavras-chave,

elegendo aqueles que apresentaram como expressões: “trabalho”, “precariado”, “contrarreforma trabalhista”, “reestruturação produtiva”, “precarização do trabalho”, “transformações no mundo do trabalho” ou similares. Os dados produzidos foram tratados a partir de indicadores estatísticos, acompanhados das análises qualitativas construídas a partir da incorporação de elementos teóricos significativos ao debate.

Esperamos que este texto possa oferecer uma aproximação às principais tendências a dinamizarem os debates teóricos e políticos desenvolvidos pelos pesquisadores vinculados ao Serviço Social brasileiro no tempo recente, além de apontar alguns desafios à produção de conhecimento na área.

ENPESS: tendências do debate

A partir da análise dos anais do ENPESS, agrupamos os artigos selecionados em cinco eixos principais, a saber: a) Serviço Social e saúde do trabalhador; b) Categorias da crítica da economia política; c) Transformações no mundo do trabalho e rebatimentos/incidências para o trabalho profissional do assistente social d) Precarização do trabalho; e) Contrarreforma trabalhista. Nesse sentido, ao longo deste item discorreremos sobre cada um deles, a partir dos principais aspectos sistematizados pela pesquisa.

592

Serviço Social e saúde do trabalhador

Observando os resumos dos trabalhos publicizados no ENPESS (2018), percebemos a expressiva quantidade de pesquisas e textos que buscam desvelar a relação entre saúde e trabalho. Ao todo, contabilizamos 22 artigos (31,88%) que problematizam o referido tema, sendo frequente o aparecimento da expressão “saúde do trabalhador” como palavra-chave desses textos. Por certo, o significativo número de artigos que versam sobre a temática da saúde do trabalhador nos anais desse encontro demonstra um reconhecimento da relevância do tema, bem como atesta sintonia entre as pesquisas realizadas no âmbito da profissão e as questões e dilemas que envolvem o mundo do trabalho na realidade contemporânea.

Como sabemos, nos marcos da sociedade capitalista a feição que o trabalho assume e as características que o norteiam transformam a força de trabalho em simples mercadoria a ser explorada nas maiores intensidades e níveis possíveis, tendo em vista a produção de vultuosas taxas de mais-valia (MARX, 2011). Assim, ao passo que se desenvolve o modo de produção orquestrado pelo capital, o processo de degradação do trabalhador avança, expresso na elevada quantidade de acidentes de trabalho, de enfermidades que comprometem a saúde física e mental

desses sujeitos e, inclusive, nos casos de suicídios registrados em decorrência das atividades laborais desenvolvidas.

Em se tratando mais diretamente dos textos extraídos dos anais do ENPESS (2018), observamos uma diversidade no direcionamento do debate, pois contemplou a análise da relação entre saúde e trabalho a partir de pesquisas com trabalhadores de diferentes regiões do país e de diversos ramos empregatícios, a exemplo do setor calçadista, de confecções e dos portos. Dessa forma, entendemos que esses temas e textos dão continuidade ao esforço que o Serviço Social tem estabelecido para descortinar as determinações e as contradições que atravessam a saúde do trabalhador e da trabalhadora no capitalismo contemporâneo, como bem demonstra Lourenço (2016).

Outrossim, parafraseando Oliveira, poderíamos afirmar que as investigações desenvolvidas por docentes, discentes e profissionais da área demonstram “[...] o protagonismo do Serviço Social na produção científica de estudos sobre a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil e, ao mesmo tempo, [reflete] a atuação profissional sobre os efeitos nefastos da organização e condição de trabalho contemporâneo” (OLIVEIRA, 2016, p. 23).

Nessa direção, no que se refere aos textos versando sobre o campo temático da saúde do trabalhador socializados no âmbito do ENPESS (2018), observamos duas tendências principais a nortear o debate, quais sejam: 1) a problematização dos adoecimentos laborais partir do trabalho desenvolvido nas Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares (EBSERH) e das residências em saúde; 2) o agravamento das condições de saúde dos assistentes sociais.

No que se refere especificamente à EBSERH, sabemos que a avaliação crítica no que tange a essas empresas sempre dinamizou os debates da profissão, contudo, acreditamos que o interesse por esse tema vem se alargando entre os pesquisadores da área, tendo em vista as adesões e/ou reestruturações nos modelos de gestão implementados pelos hospitais, a partir de uma perspectiva privatista. Tais mudanças têm significado, para os trabalhadores da saúde, em geral, e para os assistentes sociais, em específico, um conjunto de alterações regressivas que vão desde as inseguranças e instabilidades (existentes mesmo entre os servidores concursados), como atesta a pesquisa de Teixeira et al. (2019), até a intensificação do trabalho e redução da jornada de trabalho (TORRES, 2018).

Além disso, também são problematizados, nos artigos do referido eixo, o processo de adoecimento laboral dos assistentes sociais. Em nossa concepção, esse constitui um esforço da maior importância, pois, assim como os demais trabalhadores, os assistentes sociais também sofrem as inflexões do processo de crise e reestruturação produtiva que invade a totalidade da vida social, provocando a degradação das condições e relações de trabalho a que estão

submetidos. Destarte, corroboramos com Raichellis (2011) quando enfatiza a necessidade de considerar o assistente social como sujeito vivo desse processo, como profissionais “[...] que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos” (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Categorias da crítica da economia política

Outra tendência observada a partir dos anais do ENPESS (2018) diz respeito ao estudo de importantes categorias da obra de Marx e da Crítica da Economia Política, de modo geral. Em nossa análise, identificamos que aproximadamente nove trabalhos (13,04%) se erguem com essa preocupação. Dentre as categorias problematizadas pelos textos, ressaltamos: pauperismo, trabalho improdutivo, trabalho intelectual, exploração, alienação, trabalho abstrato e superexploração da força de trabalho. Todas as categorias mencionadas são complexas e, quase sempre, travejadas por polêmicas no âmbito da própria tradição marxista. Apenas a título de ilustração, poderíamos indicar os debates que giram em torno da noção de trabalho produtivo/improdutivo. Alguns setores da tradição marxista sugerem ser o debate permeado por inúmeras incompreensões, lacunas e equívocos (MANDEL, 1985; MARINI, 2012; CARCANHOLO, 2007; et al.). Em contraposição, outros analistas buscam extrair as potencialidades dessa mesma categoria para avançar na assimilação da realidade, a exemplo do sociólogo Ricardo Antunes (2018), que vem desenvolvendo a tese segundo a qual os trabalhadores inseridos no setor de serviços podem ser qualificados como produtivos.

Nesse sentido, entendemos que o interesse dos pesquisadores do Serviço Social pelas categorias supramencionadas expressa uma investida da maior importância, pois pode oferecer novas pistas para ampliar e enriquecer os debates que já vêm ganhando terreno na profissão, especialmente a partir da teoria social marxiana, afirmando contribuições mútuas entre marxismo e Serviço Social, tal como enfatiza Netto (2017). Ademais, como destacou Ricardo Lara:

Ganham relevâncias as pesquisas de assistentes sociais que, em determinadas temáticas, extrapolam as “divisas internas” do debate endógeno da área e estabelecem interlocuções significativas com as ciências sociais. Diante disso, consideramos que as assimilações das categorias da crítica da economia política (ainda em andamento no Serviço Social e com longo caminho de aprimoramento pela frente) são avanços no atual cenário das ciências sociais, pois estas, na atualidade, em alguns casos, buscam eliminar ou reduzir as pesquisas sobre a exploração da força de trabalho e sua condição de mercadoria especial produtora de valor (LARA, 2016, p. 210).

Corroborando com a posição de Lara (2016), a pesquisa de Silva (2016) demonstra a importância de compreender as dimensões macroestruturais da sociedade, a partir da

assimilação dos conceitos e categorias que propiciam tal entendimento, pois, em sua análise, mesmo quando os estudos e investigações não versam diretamente sobre o Serviço Social, apresentam relevância para a profissão.

Nessa direção, cumpre frisar algo importante: dentre os trabalhos classificados nesse eixo, apenas dois deles são de autoria de estudantes de graduação, possibilitando-nos inferir que o debate mais aprofundado sobre essas categorias tem ocorrido no âmbito da pós-graduação. De fato, entendemos que a pós-graduação constitui um espaço importante para o aprofundamento dos estudos e leituras, sobretudo dos textos e dos autores clássicos, contudo, acreditamos que é válido encontrar formas de estimular a investigação dessas categorias também no âmbito da graduação, o que poderia ocorrer mediante a formação de grupos de estudo e da proposição de projetos de pesquisa.

Tal esforço é interessante porque o entendimento dessas categorias nos ajuda a explicar as determinações da realidade contemporânea e, igualmente, possibilitam-nos situar corretamente o Serviço Social na malha das relações contraditórias estabelecidas na sociedade capitalista.

Transformações no mundo do trabalho e rebatimentos/incidências para o trabalho profissional do assistente social

Esse eixo reúne um total de 17 artigos (24,63%), sendo uma das temáticas mais expressivas nos anais do ENPESS (2018), em termos quantitativos. Tais artigos podem ser organizados em dois blocos principais, a saber: oito desses textos (11,59%) problematizam, numa perspectiva mais ampla, as transformações no mundo do trabalho, indicando seus rebatimentos para o Serviço Social; os nove artigos restantes (13,04%) discutem mais diretamente o trabalho profissional do assistente social na cena contemporânea.

Nesse sentido, o primeiro bloco dos artigos está centrado no entendimento crítico das mutações no mundo do trabalho ocorridas a partir dos múltiplos processos de reestruturação produtiva do capital, no contexto de aprofundamento da crise capitalista e da busca de saída para recomposição das taxas de lucro do capital. De modo geral, os textos chamam atenção para as mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho mediante os impactos provocados pelo desenvolvimento tecnológico, para os impactos no mercado de trabalho assim como para os níveis de degradação do trabalho e pauperização da classe trabalhadora.

Nessa direção, podemos afirmar que há um esforço, por parte dos pesquisadores da área, em dar continuidade ao acúmulo que tem sido realizado no âmbito do Serviço Social brasileiro para demonstrar como as determinações mais amplas se traduzem no cotidiano de trabalho do

assistente social, a partir da exponenciação da precarização de suas condições e relações de trabalho, esforço esse que tem nas obras de Freire (2015), Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018) e Mota (2014) contribuições fundamentais, ainda que as mesmas não esgotem os debates nesse campo temático.

Ainda no que se refere ao primeiro bloco de artigos, é recorrente a demarcação que os autores fazem para pensar o Serviço Social como trabalho. Como sabemos, esse é um debate permeado por polêmicas assentadas nas distas concepções que dinamizam os debates protagonizados pelos intelectuais da área. Essas polêmicas e concepções se fazem visíveis nos textos analisados, ainda que a maioria deles assuma a posição expressa no âmbito do núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a qual: “[...] considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 12).

No que tange ao segundo bloco dos textos, ou seja, aos nove artigos que versam sobre o trabalho profissional do assistente social nos mais diversos campos sócio-ocupacionais, observamos uma tentativa de apresentar os dilemas, desafios e contradições que marcam o cotidiano das atividades desempenhadas pelos assistentes sociais, inclusive a partir de relatos de experiência. Esse esforço corrobora as indicações feitas pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, que vem indicando, como desafio da produção de conhecimento na área e a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Precarização do trabalho

Como sabemos, o fenômeno da precarização do trabalho ganha contornos e direcionamentos específicos a partir das configurações assumidas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a depender do momento histórico vivenciado e de como se estabelecem as relações e disputas entre capital e trabalho a precarização pode se expressar em maior ou menor intensidade. Como enfatiza o mexicano Adrián Valencia (2016), nos marcos do modo de produção capitalista se vive uma condição de precariedade que é fruto da lógica de valorização do valor e das características assumidas pelo trabalho assalariado. Já a precarização “[...] corresponde à reposição e atualização [da precariedade] e o cristaliza em leis, instituições, normas e regulamentos trabalhistas, efetuando-se geralmente após um período de crise e mediante reestruturações dos processos de produção e organização do trabalho” (VALENCIA,

2016, p. 100).

No que se refere especificamente à realidade brasileira, a precarização do trabalho sempre foi uma constante em nosso processo de formação sócio-histórico, e desde a ocorrência da contrarreforma trabalhista, consolidada em 2017, temos presenciado um aviltamento das condições e relações de trabalho, a partir da constante retirada de direitos sociais e trabalhistas e da regulamentação de modalidades contratuais precárias, alçando o país a um novo patamar de precarização estrutural do trabalho, nos termos de Trindade (2019).

Nesse percurso, se entendemos que a classe trabalhadora é ampla, heterogênea e complexa, tal como nos faz crer Antunes (2018), é possível afirmar que a precarização atinge os segmentos de classe com determinadas especificidades. O estudo sobre esses distintos segmentos de classe comparece em pelo menos 17 textos (24,63%) publicados nos anais do ENPESS (2018). Mais especificamente, comparecem discussões acerca da precarização do trabalho no âmbito da produção de roupas, dos trabalhadores informais e ambulantes, dos trabalhadores refugiados, dos denominados trabalhadores “offshore”, do “preariado” e de segmentos profissionais específicos, a exemplo dos agentes de segurança penitenciária.

Como se nota, os textos publicizados pelos pesquisadores do Serviço Social nos anais do ENPESS (2018) se debruçam sobre os mais distintos segmentos de trabalhadores, revelando, assim, uma preocupação com o entendimento das condições de vida e existência dos homens e mulheres que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Além disso, também é possível afirmar que, em maior ou menor intensidade, esses estudos contribuem com o esforço de perceber como se configura a estrutura de classes no Brasil.

Por fim, dentre os textos relacionados ao referido eixo, três problematizam, a partir de diferentes angulações, a relação entre trabalho, questão social e encarceramento. Assim, cremos que esse tema pode despontar como um campo investigativo interessante aos pesquisadores da área.

Contrarreforma trabalhista

No ENPESS (2018) registramos poucos trabalhos abordando os aspectos relacionados à contrarreforma trabalhista ocorrida no Brasil. Dentre os artigos observados, apenas quatro deles (5,79%) remetem ao tema, sendo que destes, um aborda a realidade mexicana e o outro trata de maneira mais lateral sobre o assunto. Sendo assim, apenas dois trabalhos se debruçam mais diretamente sobre a temática.

A escassez de trabalhos sobre esse tema pode se justificar pelo fato de as legislações que

alteraram substancialmente o universo laboral brasileiro, a saber: Lei n.º 13.429/2017 (permite a terceirização para atividades fins) e Lei n.º 13.469/2017 (institui, dentre outros aspectos, o trabalho intermitente), terem sido sancionadas apenas em 2017 e, nesse sentido, quando o ENPESS se realizou ainda existiam poucas pesquisas e estudos sobre o tema.

Por outro lado, é mister ressaltar que um número expressivo de trabalhos problematiza as novas modalidades de trabalho a se expandir pelo Brasil, com ênfase na terceirização. Nessa direção, ainda que a contrarreforma trabalhista não seja abordada mais diretamente, acreditamos que as pesquisas apresentam a potencialidade de acompanhar os dinamismos e as mudanças verificadas na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, muitas vezes a partir de estudos empíricos e de relatos de experiência interessantes.

Contudo, vale recordar: além da terceirização, as relações de trabalho no Brasil vêm se apoiando fortemente no trabalho intermitente e no trabalho autônomo (com destaque para o fenômeno da “pejotização”). Nesse sentido, é imperativo que as pesquisas da área busquem contemplar a investigação das modalidades contratuais supramencionadas, descortinando as reais condições de trabalho estabelecidas no Brasil e observando as múltiplas expressões da questão social que atingem os trabalhadores.

JOINPP: tendências do debate

A partir da análise dos anais da JOINPP, agrupamos os artigos em seis eixos principais, a saber: a) Transformações no mundo do trabalho e Serviço Social; b) Trabalho e saúde; c) Contrarreforma trabalhista d) Diversidade da classe trabalhadora; e) Trabalho docente; f) Precarização do trabalho. Nesse sentido, ao longo deste item discorreremos sobre cada um deles, a partir dos principais aspectos sistematizados pela pesquisa.

Transformações no mundo do trabalho e Serviço Social

Ao nos debruçarmos sobre os anais da JOINPP (2019), detectamos um quantitativo de vinte e dois artigos (37,93%) com escopo no debate sobre as transformações no mundo do trabalho, sendo a temática com maior número de textos. Nessa direção, os artigos registrados nesse eixo versam sobre a compreensão das determinações econômicas, sociais e políticas que dinamizam o mundo do trabalho, buscando aprofundar o entendimento sobre as crises, as reestruturações produtivas e os realinhamentos do Estado no tempo recente. No mesmo movimento, intentam detectar como essas transformações societárias acarretam rebatimentos particulares para as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento, etc.,

nos termos de Netto (1996).

Assim, tomando um direcionamento muito próximo daquele verificado no âmbito do ENPESS (2018), nos anais da JOINPP (2019) se pode atestar o interesse em observar como as transformações macroestruturais se traduzem no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais em que esses sujeitos se inserem. Mais especificamente, pelo que pudemos depreender da análise dos anais da JOINPP (2019), os textos abordam as configurações do trabalho e o processo de precarização que acomete os assistentes sociais nos campos: sociojurídico, em empresas privadas, em hospitais e no âmbito da previdência social – Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Assim sendo, podemos observar contribuições importantes para desvelar os desafios, entraves e potencialidades do trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade, a partir dos estudos (muitas vezes com dados empíricos interessantes) empreendidos pelos pesquisadores da área. Por conseguinte, esse esforço pode contribuir para melhor caracterizar a nova morfologia do trabalho do assistente social, expondo “[...] novos modos de ser do trabalho e da classe trabalhadora na era da precarização estrutural do trabalho em tempo de crise mundial do capital” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018, p. 16).

Trabalho e saúde

Na mesma direção dos trabalhos publicados nos anais do ENPESS (2018), no âmbito da JOINPP (2019) também é significativa a quantidade de artigos que problematizam a relação entre o trabalho e os processos de adoecimento dos trabalhadores na sociedade contemporânea.

A temática saúde do trabalhador comparece em oito artigos (13,79%) da JOINPP (2019). Mas, é preciso ter algo em conta: há uma expressiva quantidade de textos que, embora não tratem diretamente sobre o tema, fazem referência ao conjunto de expressões da questão social vinculadas à relação trabalho-saúde nos marcos do capitalismo.

Entendemos que a constante recorrência a esse tema demonstra uma sintonia com as determinações e com as questões a interpelarem a realidade hodierna. Como elucidam importantes estudiosos da área:

Por um lado, [convivemos com] a incorporação, ao cotidiano do mundo do trabalho, de novas enfermidades, típicas das recentes formas de organização do trabalho e da produção. Por outro, fruto da nova divisão internacional do trabalho, [presenciamos] a disseminação de práticas que articulam os pressupostos da liofilização organizacional (Antunes, 2010), da empresa enxuta (lean production) a condições de baixa (ou nenhuma) proteção do trabalho

(ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 411).

No caso específico dos artigos circunscritos a essa temática nos anais da JOINPP (2019), a maioria versa sobre diferentes aspectos que envolvem a situação de saúde dos assistentes sociais, sobretudo a partir de sua inserção, enquanto trabalhadores, no âmbito das políticas que conformam a Seguridade Social brasileira, com maior ênfase para a Assistência Social.

Ao produzir um levantamento sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam no âmbito dessas políticas, a professora Edvânia Souza (2019) nos fornece um conjunto de pistas e indicações acerca de como os processos de trabalho podem comprometer a saúde física e mental desses profissionais. Dentre as pistas por ela apresentadas, poderíamos indicar o sentimento de impotência e/ou frustração ante a ausência de recursos objetivos para realizar os atendimentos dos usuários no contexto marcado pela ausência/insuficiência de financiamento das políticas sociais e o comprometimento das condições éticas e técnicas para o desempenho do trabalho profissional – aspectos esses que, inclusive, também são apontados pelos autores dos textos analisados nos anais da JOINPP.

Todas essas reflexões endossam o entendimento segundo o qual, na medida em que o modo de produção avança, com sua lógica incontrolável e com suas contradições insuperáveis, degrada as condições de vida e existência dos trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. De fato, como destacam Antunes e Praun (2015), estamos inseridos na sociedade dos adoecimentos no trabalho, na qual os imperativos do capital só podem se realizar a partir da desefetivação do ser social que trabalha, aí incluídos os assistentes sociais. Por isso, é fundamental que os pesquisadores da área continuem empreendendo esforços para avançar no entendimento crítico dessa realidade.

Contrarreforma trabalhista

Na JOINPP (2019), sete trabalhos (12,06%) se dedicaram a problematizar a contrarreforma trabalhista ocorrida no Brasil. Em 2019 – ano de ocorrência do evento –, decorridos quase dois anos desde a promulgação das leis, a preocupação sobre o tema aumentou entre os assistentes sociais brasileiros, sobretudo tomando como comparação a incidência dessa problemática no ENPESS, em que apenas dois trabalhos versaram mais diretamente sobre o tema, conforme explicitamos no item anterior.

Nessa direção, há um dado importante a ser mencionado: a leitura do resumo dos artigos indicava que a maioria dos trabalhos publicizados nesse evento eram fruto de pesquisas que, à época, ainda se encontravam em desenvolvimento, portanto, os textos cristalizavam resultados

parciais dessas investidas. Do ponto de vista metodológico, a maioria deles se constitui a partir de pesquisa documental, quer analisando os discursos dos sujeitos e entidades que apregoavam a defesa da imprescindibilidade de garantir a “reforma”, quer se debruçando sobre a legislação que dá materialidade às alterações produzidas no universo laboral brasileiro.

Dentre os artigos analisados, apenas um teceu relações entre a contrarreforma e o trabalho profissional do assistente social, indicando, por isso mesmo, que aprofundar os estudos sobre essa questão constitui um desafio para a profissão.

Outro dado importante sobre os textos em tela diz respeito ao fato de que alguns deles se debruçaram, apenas, sobre a Lei n.º 13.467/2017, responsável pela alteração de mais de uma centena de pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conhecida como “Lei da Reforma Trabalhista”. Contudo, para nós, a contrarreforma contemporânea precisa ser pensada a partir da articulação entre a lei supramencionada e a Lei n.º 13.429/2017. Pensar os efeitos que essas legislações produzem, em conjunto, articuladas, é fundamental para compreender mais profundamente as alterações regressivas registradas no mercado de trabalho brasileiro, em um movimento que antecede e que supera, ao mesmo tempo, as leis supramencionadas.

Da mesma forma, também identificamos como um desafio a proposição de estudos e pesquisas de caráter empírico, observando como a contrarreforma tem impactado os trabalhadores dos diversos ramos da sociedade, apontando as expressões da questão social que os estão impactando mais fortemente. Tal tarefa é fundamental para sintonizar os assistentes sociais com os novos tempos, permitindo-lhes uma sólida base de entendimento e interpretação da realidade.

Diversidade da classe trabalhadora

Como sabemos, a classe trabalhadora é dinamizada por um conjunto de sujeitos unificados pelo fato de estarem alijados dos meios fundamentais de produção. Todavia, a despeito desse aspecto em comum, o proletariado – desde as formulações estabelecidas por Marx – deve ser compreendido a partir de um conjunto de características e especificidades situadas a partir das diferentes posições socioeconômicas, das formas mais ou menos intensas de opressão, do acesso a bens e serviços, dentre outros aspectos.

Recentemente, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2019) construiu reflexões que atestam esse entendimento. O autor traça uma demarcação entre operariado e proletariado para enfatizar que, nos escritos de Marx, a noção de proletariado deve ser enquadrada como um segmento amplo, capaz de absorver, portanto, diferentes frações da classe trabalhadora,

inclusive os estratos que surgem e/ou se remodelam a partir dos constantes processos de metamorfoses verificados ao longo da história do modo de produção capitalista.

Dessa forma, na contemporaneidade, precisamos entender a conformação da classe trabalhadora a partir das dimensões de complexidade e heterogeneidade. A fim de compreender a morfologia da classe trabalhadora no Brasil, Ricardo Antunes (2011) formulou a noção de classe-que-vive-do-trabalho, a qual procura dar amplitude ao ser social que trabalha, pois incorpora o conjunto dos trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, independentemente dos ramos, funções e posições que ocupam no processo produtivo de mercadorias. Nesse sentido – e ainda em consonância com esse intelectual:

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2011, p. 47).

A partir da citação transcrita, depreendemos que a classe trabalhadora não se insere de igual forma no mercado de trabalho brasileiro, posto que determinadas características podem condicionar uma inserção mais precária e subalterna desses sujeitos no universo laboral, como ocorre, de modo recorrente, com as mulheres, negros/as e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais e demais (LGBTQI+).

Nesse contexto, os dez trabalhos (17,24%) contidos no referido eixo expressam bem essa diversidade da classe trabalhadora a partir de análises e de recortes interessantes, envolvendo as dimensões de sexo, raça, geração, território, dentre outras. Nesse sentido, o processo de precarização do trabalho foi abordado nos anais da JOINPP (2019) observando o trabalho feminino, de jovens e crianças, de pessoas com deficiência, de idosos, das formas de trabalho marcadas pela informalidade, dos trabalhadores rurais (com ênfase nas especificidades regionais) e, ainda, do que a sociologia do trabalho vem denominando como “preariado”.

É interessante que os estudos e pesquisas sobre essa diversidade da classe trabalhadora, produzidos por pesquisadores vinculados ao Serviço Social, façam-se visíveis a partir da análise dos anais da JOINPP (2019), pois, em verdade, tratam-se de segmentos acometidos por inúmeras expressões da questão social e com os quais os assistentes sociais lidam diretamente. Nesse sentido, seguir elaborando esses estudos corrobora a indicação de Marilda Iamamoto, segundo a qual é fundamental:

[...] avançar no conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais: o estudo das classes sociais no Brasil e, em especial, das classes subalternas, com suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os

distintos segmentos do capital [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 101).

Destarte, os temas e segmentos sociais problematizados nos artigos da JOINPP (2019) são interessantes e cruciais para entendermos os desafios teóricos e políticos que se apresentam aos pesquisadores interessados nos estudos sobre o mundo do trabalho.

Trabalho docente

Dentre os trabalhos que compuseram o eixo analisado, quatro deles (6,89%) abordaram a temática da precarização do trabalho docente. De fato, é preciso ter em vista que os professores, enquanto trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho, vivenciam, com os ritmos e os modos que caracterizam seu espaço laboral, o conjunto de determinações sociais, econômicas e políticas que vem reconfigurando o mundo do trabalho (TRINDADE, 2013).

Nessa direção, os artigos inscritos nesse eixo se esforçam em demarcar as condições de trabalho dos professores inseridos em instituições públicas e/ou privadas, de distintas regiões do país e sob diversas formas contratuais (efetivos e substitutos, sobretudo). Assim, os artigos procuram abordar, a partir de pesquisas empíricas e documentais, a situação de instabilidades, inseguranças ou, em síntese, as diversas expressões da precarização do trabalho docente, em geral associadas às pressões por produtividade, à sobrecarga laboral (decorrente, dentre outros fatores, do reduzido quadro de professores), ao contingenciamento de recursos, à perseguição ideológica e às vertentes críticas de abordagem da realidade social, etc.

Nesse contexto, Denise Silva (2018) aponta que a precarização social do trabalho afeta, de maneira significativa, o trabalho docente do ponto de vista econômico e social, pois, além dos processos que se desdobram no âmbito laboral a partir da flexibilização e terceirização, há também uma face da precarização social, expressa no fato de que o “[o trabalho] invade a vida pessoal [dos professores] comprometendo o equilíbrio entre esses espaços da vida” (SILVA, 2018, p. 63).

Por todos os aspectos anteriormente mencionados, entendemos que a temática da precarização do trabalho docente representa um campo profícuo para investigação dos pesquisadores da área do Serviço Social, haja visto que a temática permite formular reflexões importantes sobre as (re)configurações do mundo do trabalho, mas também sobre os limites e desafios impostos à universidade, sobretudo no contexto de avanço das contrarreformas educacionais e das constantes tentativas de imprimir uma lógica mercadológica e empresarial nesse espaço – com todas as consequências que daí derivam para toda a comunidade acadêmica.

Precarização do trabalho

A partir da análise dos textos da JOINPP 2019, detectamos sete artigos (12,06%) tratando do complexo fenômeno da precarização do trabalho, em suas diversas formas de expressão. Dentre esses textos, encontramos debates sobre o sentido dos processos trabalhistas, sobre as condições de trabalho no âmbito da construção civil, além de algumas reflexões metodológicas acerca da temática. Contudo, ganharam maior evidência as discussões com foco no trabalho escravo e no papel das tecnologias para conformação das condições laborais na cena contemporânea.

O tema das formas de trabalho análogo à escravidão é da maior importância no atual tempo histórico, pois, de um lado, cresce o número de denúncias de trabalhadores (inseridos nos mais diversos ramos de trabalho e regiões do país) submetidos a essa condição laboral, e, associado a isso, os setores dominantes realizam investidas no sentido de desconstruir as legislações e os órgãos responsáveis pela fiscalização das irregularidades trabalhistas.

O outro campo temático mencionado se volta para pensar a situação das tecnologias. Entendemos que a compreensão da atual fase de acumulação capitalista, na qual se sobressai a chamada indústria 4.0, reivindica a correta assimilação do papel exercido por essas tecnologias, sobretudo ante a disseminação das inúmeras plataformas digitais, que se expandem no mesmo movimento em que se observa a precarização das condições e relações de trabalho, de que é prova o alastramento do que vem sendo denominado como uberização (ABILIO, 2017; SLEE, 2017).

Esse cenário nos defronta com um quadro de agravamento da exploração do trabalho e, como corolário, da degradação das condições de vida e existência dos trabalhadores, essas cada vez mais exponenciadas e, por isso, esse campo se mostra profícuo para investigações.

Considerações finais

A análise dos trabalhos publicizados nos anais do ENPESS (2018) e da JOINPP (2019) revelam uma diversidade importante de temas e debates. Constituem, por certo, um esforço significativo para desvendar as múltiplas determinações que constituem a complexa realidade social na qual estamos inseridos e, especialmente, aquelas relacionadas ao mundo do trabalho.

Esse esforço é importante porque, a partir desse balanço, será possível construir uma agenda de estudos e pesquisas sintonizadas com as requisições do atual tempo histórico, endossando o esforço estabelecido pela ABEPSS e, mais particularmente, pelo GTP intitulado “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”.

No que se refere especificamente à análise dos anais do ENPESS (2018) e da JOINPP (2019), podemos observar que existem eixos temáticos que compõem na produção de ambos os eventos, a exemplo da compreensão das transformações no mundo do trabalho e seus impactos para os assistentes sociais, da saúde do trabalhador e das formas de expressão da precarização social do trabalho. Contudo, mesmo que existam similaridades, também é possível registrar algumas especificidades: no ENPESS (especificamente no eixo acerca da precarização do trabalho) verificamos uma incidência no trato com a temática do encarceramento (em sua mediação com o trabalho e com a questão social). Por seu turno, no âmbito da JOINPP o trabalho docente despontou como um tema expressivo.

Outro dado digno de registro diz respeito ao aumento do interesse, entre os pesquisadores da área, pela temática da contrarreforma trabalhista, a qual vem sendo desenvolvida a partir de pesquisas no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação. A análise dos dados nos revela, contudo, que a maioria desses textos abordam questões de ordem mais geral sobre o tema, constituindo um desafio e um campo de pesquisa profícuo para a categoria profissional estabelecer como e de que forma a contrarreforma trabalhista está impactado o mercado de trabalho dos assistentes sociais na realidade brasileira.

Ainda sobre os desafios, também gostaríamos de reforçar o empreendimento de esforços e iniciativas com vistas ao aprofundamento do entendimento das categorias da crítica da economia política, sobretudo no âmbito da graduação em Serviço Social.

Dito isso – e a despeito das especificidades apontadas –, é possível constatar que a produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao Serviço Social vem mobilizando temas de estudo e pesquisa relevantes e, além disso, demonstra sintonia com as próprias demandas e requisições que emergem da realidade.

Referências

- ABEPSS. Lei de diretrizes curriculares de 1996. Rio de Janeiro, 1996.
- ABILIO, L. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalhosubsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 06 out. 2019.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R; PRAUN. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, pp. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

- CARCANHOLO, R. 2007. O trabalho produtivo na teoria marxista. In: Anais do V colóquio internacional MarxEngels. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/ssao7/Reinaldo_Carcanholo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.
- FREIRE, Lucia M de B. O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.
- LARA, R. A dialética do trabalho: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. In: MOTA, A. E. AMARAL, A. Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.
- LOURENÇO, E. A. Saúde do trabalhador e da trabalhadora no capitalismo contemporâneo. In: LOURENÇO, E. A. (Org.). Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Papel Social, 2016.
- MANDEL, E. El Capital. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México, D.F.: Siglo XXI, 1985.
- MARINI, R. M. O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica. Revista Crítica Marxista, n. 34. 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo276merged_documento_260.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de consensos. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social, São Paulo, Cortez, 2014.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: BRAZ, M. José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.
- OLIVEIRA, M. L. Prefácio. In: LOURENÇO, E. A. (Org.). Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Papel Social, 2016.
- RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc., n. 107, pp. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
- SILVA, J. F. S. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, D. V. O professor sob suspeita e risco: indicadores de precarização e resistência no trabalho docente nas universidades federais brasileiras. In: DRUCK, G; SILVA, J. B. Trabalho, precarização e resistências: as múltiplas faces do trabalho. Salvador: EDUFBA, 2019.
- SLEE, T. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- SOUZA, E. A. Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na Seguridade Social no Brasil. In: SOUZA, E. A; OLIVEIRA E SILVA, M. L. Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.
- TEIXEIRA, J. V; CRUZ, C. A. de M; LIMA, R. de C. D. (2018). Trabalhadores estatutários e

- a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. *Argumentum*, 10(1), 213–228.
- TRINDADE, H. “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. *Revista Universidade e Sociedade*, n. 52, 2013.
- _____. *O precariado no Brasil Contemporâneo*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019, 249p.
- _____. *Serviço Social e Trabalho: percursos trilhados e desafios à investigação*. *Temporalis*, ano 20, n. 40, 2020.
- VALENCIA, Adrià Sotelo. *Precariado ou proletariado?* Baurú: Canal 6, 2016.